

OS JOGOS QUE OS ACADÊMICOS JOGAM: UMA CONVERSA COM MICHAEL BURAWOY

*THE GAMES ACADEMICS PLAY:
A CONVERSATION WITH MICHAEL BURAWOY*

*LOS JUEGOS QUE LOS ACADÉMICOS JUEGAN:
UNA CONVERSACIÓN CON MICHAEL BURAWOY*

Michael Burawoy*, **Guilherme Nothen****

Palavras-chave

Sociologia Pública.
Jogos.
Hexis Corporal.
Movimentos Sociais.
Esportes.

Resumo: Michael Burawoy, ex-presidente da American Sociological Association e da International Sociological Association, é um dos cientistas sociais mais destacados do início do século XXI. Depois de ter realizado trabalho de campo em pesquisa etnográfica durante boa parte de sua carreira acadêmica, Burawoy recentemente direcionou sua atenção às divisões do trabalho internas à sua disciplina, produzindo uma análise instigante que culminou em sua defesa da sociologia pública. Na conversa a seguir, Burawoy usa exemplos de sua pesquisa etnográfica para abordar temas predominantes na sociologia do esporte. Ele formula suas visões sobre os movimentos sociais que eclodiram recentemente em várias partes do mundo e apresenta uma crítica incisiva à mercantilização do esporte e do lazer.

Keywords

Public Sociology.
Games.
Bodily Hexis.
Social movements.
Sport.

Abstract: Michael Burawoy, former president of the American Sociological Association and the International Sociological Association, is one of the most distinguished social scientists of the early 21st century. Having been engaged in ethnographic fieldwork for a great deal of his academic career, Burawoy has lately turned his attention to the internal divisions of labour in his discipline, engendering a compelling analysis which culminated in his case for public sociology. In the following conversation, Burawoy draws upon examples from his ethnographic research to address prevalent themes in the sociology of sport. He articulates his views on the social movements that have recently erupted in various parts of the world, and provides an incisive critique of the commodification of sports and leisure.

Palabras clave

Sociología Pública.
Juegos.
Hexis Corporal.
Movimientos Sociales.
Deporte.

Resumen: Michael Burawoy, expresidente de la American Sociological Association y de la International Sociological Association, es uno de los científicos sociales más destacados de inicios del siglo XXI. Después de hacer trabajo de campo en etnografía durante buena parte de su carrera académica, Burawoy recientemente centró su atención en las divisiones del trabajo internas a su disciplina, generando un análisis provocador que culminó en su defensa de la sociología pública. En la conversación que sigue, Burawoy usa ejemplos de su investigación etnográfica para abordar temas predominantes en la sociología del deporte. Formula sus visiones sobre los movimientos sociales que estallaron recientemente en varias partes del mundo y presenta una crítica incisiva a la mercantilización del deporte y del ocio.

** Department of Sociology, University of California, Berkeley, USA.
E-mail: burawoy@berkeley.edu

** Faculty of Kinesiology and Physical Education, University of Toronto, Toronto, Canada.
E-mail: g.reisnothen@mail.utoronto.ca

Recebido em: 11-05-2014
Aprovado em: 14-11-2014



As chamadas revoluções de 1848 não passaram de meros incidentes – pequenas fraturas e fissuras na crosta árida da sociedade europeia. No entanto, elas denunciaram o abismo. Por debaixo da superfície aparentemente sólida, revelaram oceanos de matéria líquida, necessitando apenas de expansão para transformar em fragmentos continentes de rocha dura. De forma ruidosa e confusa, elas trouxeram à tona a emancipação do proletário, isto é, o segredo do século XIX, e da revolução daquele século.

Karl Marx (1856)

Talvez mais conhecido pelos leitores da *Revista Movimento* por suas contribuições para o fortalecimento da “sociologia pública”, Michael Burawoy (MB) é professor de sociologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Por mais de 40 anos ele empregou técnicas etnográficas a fim de estudar locais de trabalho industriais, em países tão diversos quanto Zâmbia, Rússia, Hungria e Estados Unidos. Entre os resultados mais destacados desse vasto trabalho de campo – que acabou conduzindo à formulação do seu “método de estudo de caso estendido” – estão os livros *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism* (1979) e *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism* (1985).

Embora a maior parte da pesquisa de Burawoy esteja centrada nas relações de trabalho/poder e nas lutas da classe trabalhadora, sua produção acadêmica também abrange uma ampla gama de temas, que incluem: considerações metodológicas sobre a prática da etnografia; a deterioração das condições de trabalho em meio à crescente corporatização das universidades norte-americanas; os desafios e as possibilidades de uma “sociologia global”; e, sob um ponto de vista mais teórico, uma reavaliação da relevância do marxismo para os movimentos de esquerda contemporâneos.

Em paralelo a essa prolífica produção acadêmica, Burawoy foi presidente da American Sociological Association (ASA) de Agosto de 2003 até a 99ª reunião anual da entidade, realizada na Califórnia, em Agosto de 2004 – ocasião em que ele proferiu o discurso lembrado neste número especial. Além disso, Burawoy recentemente concluiu o seu mandato como presidente da International Sociological Association (ISA), cargo que ocupou de Julho de 2010 a Julho de 2014. Ele também é editor-chefe da *Global Dialogue*, uma revista publicada pela ISA.

Ao longo da última década, uma significativa parcela do trabalho de Burawoy foi dedicada ao avanço da “sociologia pública” – um empreendimento que, em termos gerais, está ancorado no pressuposto de que uma determinada divisão do trabalho pode ser constatada no âmbito das disciplinas que lidam com modos sociológicos de investigação; e que, ademais, embora perspectivas radicalmente transformadoras tenham surgido e ganhado destaque nas esferas “profissional” e “crítica” dessas disciplinas durante a maior parte dos séculos XX e XXI, tal produção acadêmica teve um impacto relativamente limitado na configuração do mundo em que vivemos (portanto, a tarefa que diz respeito às “sociologias públicas” e seus praticantes). Para além da academia, Burawoy tem sido, ele próprio, um ativo sociólogo público e, no que se refere a um domínio da política identitária que costuma aproximar britânicos e brasileiros, um dedicado torcedor do Manchester United.

A entrevista apresentada a seguir foi realizada por um torcedor de um time de futebol – cujas cores também são, coincidentemente, vermelho e branco – do extremo sul do Brasil que compartilha com Burawoy os fardos e as alegrias de torcer pelo seu time à distância. Guilherme

Nothen (GN) é doutorando na Universidade de Toronto, onde conduz atualmente – empregando métodos etnográficos e históricos – uma pesquisa sobre a ascensão e queda da produção de equipamentos de hóquei no Canadá, bem como alguns projetos paralelos que tratam do (ab)uso de animais no esporte. A troca de ideias a seguir foi feita por e-mail durante o primeiro semestre de 2014.

GN: Em nome da equipe e do conselho editorial da *Revista Movimento*, eu gostaria de lhe agradecer mais uma vez pela generosidade de aceitar nosso convite para esta entrevista. Estamos ansiosos para ouvir os desafios e as contribuições que você, como um influente sociólogo em sua área de especialização, poderá trazer para o nosso campo de investigação.

Você parece gostar muito de usar a noção de “combate” como uma metáfora para vários dos problemas que enfrentamos na vida acadêmica: você já descreveu o processo de escrever e orientar uma dissertação como uma relação baseada em um inerente desequilíbrio de poder e que se desdobra como um “combate” expresso em uma série de tarefas, ritos e interesses (BURAWOY, 2005); você sugeriu que a universidade pública, permeada por ideologias conflitantes, é um permanente “campo de batalha de utopias reais em disputa” (BURAWOY, 2012); e, talvez mais significativo para a nossa área de estudo, o seu livro *Conversations with Bourdieu* (2012) gira em torno da intrigante caracterização que ele faz da “sociologia como um esporte de combate” – uma ideia que você desenvolveu ainda mais adiante e que fundamenta a sua engenhosa tentativa de retratar as perspectivas daqueles que teriam sido alguns dos potenciais “combatentes” que ele poderia ter enfrentado. Além disso, você acaba de organizar uma coletânea de artigos escritos por conhecidos sociólogos públicos com o título: *Precarious Engagements: Combat in the Realm of Public Sociology* (BURAWOY, 2014). Você diria que entrevistas (e aqui eu também me refiro a elas no sentido metodológico) também são um pouco como “combates”? Se esse for o caso, em nome da minha autopreservação, eu consideraria apropriado começar esclarecendo qual é a sua posição em relação às – um tanto controversas – noções de “espírito esportivo” e “*fair play*”...

MB: Que interessante! Eu nunca tinha refletido seriamente sobre a ideia de combate, ainda que, como você aponta, eu a tenha usado em muitos contextos. É verdade que eu vejo a vida acadêmica como um combate, tendo eu mesmo participado de batalhas intermináveis, e muitas vezes sem sentido, ao longo da minha carreira acadêmica. Talvez eu tenha me tornado mais consciente da importância dessa ideia quando estudei a política do chão de fábrica em uma indústria de Chicago. Foi lá que eu vi o poder do “jogo” para induzir o consentimento ativo dos trabalhadores, que patrulhavam, eles próprios, as regras cujo efeito era garantir lucros para seu empregador. Eu estive também em outras situações, por exemplo, na Rússia, no último ano do regime soviético, quando os jogos da linha de produção foram suspensos em nome do combate aberto. De fato, a empresa foi consumida por uma guerra civil.

Eu sempre achei que a metáfora do jogo captava bem a ideia da estrutura social na qual os atores exercem uma forma de agência [“agency”] que resulta na reprodução de limitações. A metáfora do jogo é uma maneira de pensar por meio do aforismo de Marx, de que as pessoas fazem a história, mas não a partir de condições de sua própria escolha. Assim, o problema passa a ser compreender a dinâmica dos jogos – como eles se destroem ou se transformam, bem como o modo como intersectam entre si, mas isso já é uma outra história.

Em relação a sua pergunta, eu sempre me senti intrigado pelos jogos que os acadêmicos jogam, jogos de reconhecimento nos quais aquilo que parece totalmente trivial visto de fora

se torna algo extremamente relevante para os jogadores envolvidos. Neste sentido, Bourdieu me ajudou a refletir sobre a importância da dominação no âmbito dos jogos, embora ele não dê a devida relevância à exploração que eles muitas vezes pressupõem e ocultam.

Falando sobre Bourdieu e *fair play*, é curioso que o filme sobre a vida dele, *La Sociologie Est un Sport de Combat* (2001) [A Sociologia é um Esporte de Combate] tenha sido traduzido para o inglês como *Sociology Is a Martial Art* [A Sociologia é uma Arte Marcial]. A razão, eu suponho, é que na França, especialmente nas altas esferas, a vida acadêmica é um esporte sem regras, uma luta aberta pelo poder soberano, por assim dizer, ao passo que nos Estados Unidos ela é uma competição mais suave, com regras, dentro de regimes disciplinares. Chamar a sociologia de “esporte de combate” nos Estados Unidos acabaria tendo o efeito de desacreditá-la, ao passo que, na França, é mais provável que seja uma expressão de apreço! Um dos meus colegas é francês e ele está continuamente se desacreditando, sem conseguir ou sem se dispor a seguir as regras dos Estados Unidos, o nosso código de conduta profissional. Eu fico imaginando como deve ser no Brasil, onde a influência francesa, pelo menos nas ciências sociais, é tão forte.

GN: Suas observações sobre regras e códigos de conduta, bem como alguns de seus efeitos práticos, são muito instigantes! Eu não tenho certeza de até onde podemos levar a analogia com a academia nesse caso, mas, permanecendo por um momento no terreno dos esportes profissionais, algo que sempre chamou a minha atenção é a maneira como a nossa obsessão generalizada com a “justiça” das competições esportivas (vide o problema do “doping”, por exemplo) ecoa, em larga medida, o raciocínio meritocrático das sociedades capitalistas, uma vez que esta preocupação é quase sempre articulada somente em um nível superficial, ou seja, sobretudo na forma de regras e códigos de conduta que dizem respeito ao “campo de jogo”. A “injustiça” estrutural (como, por exemplo, as enormes disparidades econômicas entre os clubes do futebol europeu), por outro lado, é raramente questionada. E se alguém eventualmente prosseguir um pouco mais além nessa linha de investigação, logo verá emergir um paradoxo bastante intrigante, que é o fato de que as poucas tentativas consequentes no sentido da “redistribuição da riqueza” nos esportes profissionais – as políticas norte-americanas de escolha de jogadores por sorteio [*draft lottery*], partilha de receitas [*revenue sharing*] e teto salarial [*salary cap*] – foram desenvolvidas no centro do capital financeiro e em sociedades que, historicamente falando, têm sido muito resistentes à maioria dos esforços nesse sentido.

Mas você também me faz uma pergunta muito interessante, e eu receio que a minha resposta possa ser apenas parcial, em função do meu conhecimento limitado acerca desses temas. Como você apontou com precisão, o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil foi fortemente influenciado pela produção acadêmica da Europa continental (e, sobretudo, da França). No entanto, me parece que as duas últimas décadas também foram caracterizadas por uma crescente influência do “etos” acadêmico norte-americano (e eu acrescentaria, britânico), expresso, entre outras coisas, através da regulamentação da pesquisa por meio de subsídios e bolsas de estudo; pela institucionalização de vários processos permanentes de avaliação e mensuração de produtividade; e pela tentativa incessante de quantificar quase qualquer coisa. Eu desconfio que a mudança gradual em direção a essas visões da vida acadêmica tenha tido o efeito de minimizar a importância de interações polêmicas entre estudiosos brasileiros, embora elas ainda aconteçam, compreensivelmente, em um país espremido entre essas tradições acadêmicas dominantes.

Com relação às abordagens “combatentes”, eu me recordo de um debate muito curioso no campo da sociologia do esporte que talvez você considere interessante. Por volta de meados/final da década de 1990, o trabalho da chamada “Escola de Leicester” – que foi pioneira no estudo do hooliganismo no futebol do Reino Unido, baseando-se no legado de Norbert Elias e no referencial teórico da sociologia figuracional – começou a sofrer ataques por parte de um grupo de pesquisadores que conduzia um tipo de investigação mais “etnográfica” sobre o tema. O embate entre essas duas escolas acabou se tornando tão acirrado que um analista posteriormente argumentou que, “sem querer banalizar algumas dessas rivalidades acadêmicas, podem-se ver semelhanças entre o seu comportamento e o das pessoas que elas estudam” (BAIRNER, 2006, p. 595). O incomum, neste caso, é que o “combate” talvez não tenha sido encenado apenas simbolicamente, mas foi alimentado, possivelmente, pela própria pesquisa empírica – quase como se esses estudiosos estivessem buscando “corporificar”, dentro da esfera acadêmica, alguns dos valores e das práticas predominantes na cultura dos torcedores que eles estavam tentando representar.

Falando em corporalidade, estou muito feliz por você ter trazido Loïc Wacquant para a nossa conversa, já que ele costuma ser considerado um pesquisador muito influente no nosso campo, principalmente devido às suas contribuições ao estudo das práticas corporais. Tendo estado imerso em trabalho de campo por um período tão extenso, como você concebe a questão da corporalidade na sua própria produção acadêmica, sobretudo levando em consideração o esforço físico que costuma estar envolvido – mas que também é tantas vezes obscurecido – no processo de trabalho?

MB: Essa é outra questão à qual eu tenho dado muito pouca atenção. Você tem razão, a corporalidade é uma característica central da vida de trabalho e é fundamental para a forma como os trabalhadores “reconhecem” uns aos outros. Vindo da classe média e nunca tendo realizado trabalho físico como meio de subsistência, a minha entrada na vida da fábrica foi um espetáculo e tanto – e uma humilhação desde o princípio. Meu *hexis* corporal se destacava, situando-me em uma posição desajeitada entre os nascidos na classe trabalhadora. Não era apenas uma questão de falta de jeito – os meus movimentos descoordenados no chão de fábrica se tornaram um perigo para mim mesmo, assim como para os outros. Na verdade, é um milagre que eu ainda esteja vivo. Podemos falar como se o trabalho não-qualificado ou semiqualficado fosse um trabalho que prescindia de qualificações, como algo que qualquer um pode aprender, mas isso simplesmente não é verdade. Na realidade, esse tipo de trabalho pressupõe habilidades tácitas, geralmente adquiridas desde cedo, em comunidades da classe trabalhadora. Mesmo um ato tão simples como cavar minério ou remover lixo com uma pá é uma arte e tanto, como eu descobri, para meu infortúnio, quando me tornei caldeireiro em uma siderúrgica húngara. Eu assistia pasmo quando uma pá guiada por uma mão experiente mandava seu conteúdo em arco pelo ar, o que era ainda mais impressionante se comparado aos meus próprios esforços atrapalhados para combater a gravidade. O meu comportamento corporal era um constrangimento permanente.

Do ponto de vista sociológico, as respostas desencadeadas pelo meu corpo estranho permitiram que eu tivesse acesso a todo o tipo de insight – na condição de um “forasteiro-interno” [“outsider-within”] – sobre a cultura da classe trabalhadora. As diferenças na forma como as comunidades respondem à incompetência revela muita coisa. Em Chicago, meus companheiros de trabalho não gostavam da minha presença – e tinham razão, já que eu era

um perigo para todos. Eu era uma afronta à concepção que eles tinham de si próprios, como trabalhadores experientes. Na Hungria, por outro lado, eles consideravam a minha incompetência engraçada, e me viam como um recurso em outros aspectos – uma fonte de informação sobre os Estados Unidos (isso foi em 1980, quando a Hungria, embora ainda socialista, estava se abrindo para o Ocidente) e uma distração agradável e aparentemente inofensiva. Eles achavam o meu húngaro falado infinitamente divertido, e assim todos os meus defeitos se tornavam objetos de apreciação, tão diferente de Miklos Haraszi, autor do livro *A Worker in a Worker's State* (1977). Na condição de dissidente húngaro enviado pelo Estado para trabalhar no chão de fábrica como castigo, ele era muito evitado por seus colegas de trabalho. Minhas experiências na Hungria também foram muito diferentes das que eu tive na Rússia, onde eu trabalhei em uma fábrica de móveis em 1991, próximo do fim da União Soviética. Lá estava eu, mais uma vez rejeitado por meus colegas de trabalho, desconfiados dos meus propósitos – o que um professor universitário norte-americano estava fazendo trabalhando em um chão de fábrica no Círculo Ártico? Eles nunca tinham posto os olhos em um norte-americano vivo, nem em um professor, muito menos um professor norte-americano trabalhando na fábrica deles.

Só mais tarde eu vim a descobrir a verdadeira fonte da animosidade deles. Minha supervisora dizia a seus trabalhadores que era melhor eles chegarem pontualmente ao trabalho porque um professor norte-americano os estava observando. Eu estava, portanto, sendo usado como um fantoche na luta de classes do chão de fábrica. Este foi, além disso, um momento de grande privação, não só pela escassez generalizada, mas por causa da proibição ao álcool, o que significava a ausência do mais importante lubrificante social.

Mas me permita retomar esse assunto da *hexis corporal*. Ao escrever sobre a classe trabalhadora, Bourdieu é muito depreciativo, porque, segundo ele, os trabalhadores não conseguem entender as condições de sua própria subjugação. Eles internalizam as classificações dominantes como sendo suas – classificações essas que subvertem o seu próprio modo de vida. Essa é uma abordagem muito intelectualista da classe trabalhadora. Se Bourdieu tivesse estendido a sua própria preocupação com a corporalidade à classe trabalhadora, ele poderia ter observado uma inversão dessa hierarquia, fundamentada no uso hábil do corpo. Nessa classificação, que está no centro da consciência da classe trabalhadora, os dominantes são dominados e depreciados. No chão de fábrica, eu experimentava toda a vergonha e todo o constrangimento que Bourdieu atribui aos trabalhadores quando me deparava com perguntas sobre as músicas, comidas, artes, ou filmes que eles “apreciavam”. De modo que sim, de fato, a corporalidade constitui a consciência prática da classe trabalhadora, muito semelhante à maneira como Gramsci escreveu, e é papel dos intelectuais orgânicos dar-lhe uma forma cultural.

GN: Eu considero o que você chamou de “*hexis corporal*” uma noção fascinante, e que parece ser muito útil no que se refere aos nossos esforços direcionados à consolidação de um campo de estudo que coloca a questão da corporalidade no centro das suas investigações. Neste sentido, talvez fosse interessante ressaltar que, flertando com uma ideia bastante semelhante e também embasados na obra de Pierre Bourdieu, alguns educadores físicos e sociólogos do esporte procuraram articular os conceitos de capital “físico” ou “corporal” – muito embora estes pesquisadores geralmente tivessem em mente preocupações muito distintas daquelas que emergiram na sua resposta, como por exemplo o modo como as hierarquias estabelecidas entre crianças em idade escolar costumam estar ancoradas em habilidades atléticas/esportivas, etc.

Entretanto, eu fiquei intrigado com os exemplos empíricos que você apresentou para ilustrar essa ideia de “*hexis corporal*”, já que eles expõem de forma tão vívida a desconexão entre trabalho físico e intelectual que, de acordo com os primeiros escritos de Marx, está no âmago do raciocínio ideológico (e essa tensão ficou evidente mesmo que você, tendo passado tantos anos fazendo trabalho de campo, provavelmente seja muito mais qualificado em trabalhos manuais do que a maioria dos acadêmicos). Considerando que, na parte final da sua última resposta, você já começou a discutir uma tarefa que parece pertencer à esfera da sociologia pública, você poderia falar um pouco mais sobre essa passagem da “consciência prática” à “forma cultural”, particularmente no que diz respeito às práticas corporais? E, em termos mais gerais, você acredita que a busca por uma sociologia pública procura de algum modo problematizar (ou, talvez, “reduzir”) o abismo que atualmente existe entre trabalho físico e intelectual, mais ou menos da mesma maneira que este projeto tenta reconciliar, em um espírito de fortalecimento mútuo, a divisão do trabalho dentro da disciplina de sociologia?

MB: Essa é uma questão interessante. Em seus primeiros escritos, mais ou menos na época das ocupações de fábricas em Turim, em 1920 e 1921, Gramsci, então editor da revista cultural dos trabalhadores *L'Ordine Nuovo*, tinha uma visão bastante otimista sobre a possibilidade de articular trabalho mental e manual, desenvolvendo a consciência prática dos trabalhadores até uma forma cultural. Posteriormente, ele veria o quão difícil pode ser para os trabalhadores desenvolver a sua própria cultura de classe e o importante papel que cabe aos intelectuais – apesar de que, ainda assim, o problema esteja menos relacionado aos trabalhadores do que aos seus supostos órgãos de representação, os sindicatos e partidos políticos. Foi por isso que ele prestou tanta atenção ao *Príncipe Moderno*, o Partido Comunista. Na minha opinião, os problemas são ainda mais profundos e remetem às próprias formas como o trabalho é organizado no âmbito do capitalismo – formas que dão origem à *mistificação*, um conceito que não pode ser encontrado em Gramsci. Embora ele tenha falado sobre o nascimento da hegemonia nas fábricas dos Estados Unidos, essa hegemonia estava relacionada à *garantia* de consentimento e não à *ocultação* da exploração.

Aqui eu começo a soar um pouco mais como Bourdieu e seu argumento de que o “não-reconhecimento” [“*misrecognition*”] necessariamente faz parte da experiência dos dominados, incluindo a classe trabalhadora. Contudo, para Bourdieu, a fonte do “não-reconhecimento” reside na formação inconsciente do *habitus*, a internalização da estrutura social que torna a dominação invisível. Eu sou da opinião de que o “não-reconhecimento”, ou o que eu chamo de “mistificação”, conforme Marx, é um produto não do *habitus* corporificado, mas do arranjo social do capitalismo, da forma como sua *organização* esconde a exploração e organiza o consentimento. Deste modo, em outra forma de organização do trabalho e regime político, aquilo que é mistificado sob o capitalismo, ou seja, a exploração, pode se tornar transparente. Num Estado socialista, por exemplo, onde eu trabalhei por muitos anos na Hungria e na Rússia, a exploração e a dominação na produção são palpáveis e, portanto, precisam ser justificadas. Mas esta é uma forma muito precária de dominação; ela gera demandas de que o Estado-partido permaneça fiel aos seus princípios, dando origem à luta de classes e abrindo caminho para a violência de Estado.

Enquanto, no capitalismo avançado, os intelectuais podem parecer ridículos ao tentar representar os seus interesses como sendo os interesses dos trabalhadores, em uma ordem socialista de Estado existe, potencialmente, uma base material para que intelectuais e tra-

balhadores formem uma frente conjunta. Talvez o melhor exemplo disso seja o Movimento Solidariedade, na Polônia, em 1980-81, principalmente em seus primeiros estágios, quando os intelectuais cumpriram um papel importante não apenas em conectar diferentes grupos de trabalhadores, mas também na formulação de uma teoria do movimento – a revolução autolimitadora – que estava por trás de seu apelo a diferentes classes. Em outras palavras, a possibilidade de uma ligação orgânica entre trabalho manual e mental varia de acordo com o contexto social e político.

Esta é, de fato, uma maneira de pensar sobre a sociologia pública – a articulação do conhecimento sociológico com a consciência prática e cotidiana, não apenas dos trabalhadores, mas de quaisquer atores da sociedade. É a famosa definição de C. Wright Mills sobre imaginação sociológica, conectando problemas pessoais a questões públicas, conectando a experiência do contexto imediato [“milieu”] à estrutura social mais ampla. Só que fazer isso é muito mais difícil do que ele imaginava. Simplesmente apresentar a sociologia às pessoas (até mesmo aos próprios sociólogos) não as convence de sua verdade. É preciso muito trabalho duro para tirá-las de seus casulos e fazer com que vejam o quadro mais amplo no qual aquilo que elas consideram liberdade pode ser uma manifestação de dominação. O mundo conspira para fazer com que a sociologia pareça inacreditável e implausível – e o desafio da sociologia pública é romper com o poder da experiência cotidiana, e fazê-lo diante da concorrência de tantas mensagens alternativas. Talvez no Brasil, com suas tradições de contestação e movimentos sociais, com sua história de escravidão, colonialismo e ditadura, seja mais fácil transmitir a sociologia do que nos Estados Unidos, onde os sociólogos têm de lidar com a cultura do hiperindividualismo.

GN: Eu nunca refleti sobre essa questão a partir desse prisma, mas acredito que você tem razão quando sugere que as nossas lutas por libertação ajudaram a criar um estado quase permanente de agitação social no Brasil – e, efetivamente, é possível observar que uma certa sensibilidade em relação a temas de natureza sociológica permeia alguns dos princípios organizadores desses esforços coletivos. Mas eu gostaria de retornar ao problema da articulação entre movimentos sociais e intelectuais públicos que você mencionou anteriormente.

Não muito tempo atrás, manifestações de grande magnitude irromperam por todo o Brasil, e dentre as características mais notáveis desses movimentos estavam a ausência de uma liderança centralizada e a recusa maciça à qualquer tentativa de associar os protestos a símbolos e reivindicações apresentadas por sindicatos e partidos políticos – nesse sentido, o caso brasileiro foi, de fato, bastante semelhante a outros movimentos sociais que aconteceram recentemente em outras partes do mundo (como os protestos do *Occupy Wall Street* ou os *Indignados* na Espanha, para citar apenas dois deles). Curiosamente, alguns analistas argumentaram que foi justamente essa falta de uma agenda claramente definida que constituiu a grande fragilidade desses movimentos, e no entanto quase todas as correntes mais tradicionais da esquerda foram incapazes de responder a esse impasse a não ser depositando uma vez mais as suas esperanças nas velhas instituições dedicadas à representação política da classe trabalhadora. Se continuássemos explorando a perspectiva de C. Wright Mills neste contexto, isso nos colocaria diante do problema de determinar quais setores da sociedade poderiam assumir a tarefa de produzir uma transformação estrutural (as “agências radicais de transformação”, como ele coloca), e aqui talvez fosse importante recordar o pessimismo que ele nutria acerca das perspectivas revolucionárias da classe trabalhadora – uma posição que, por sua vez, foi

muitas vezes recebida com certo ceticismo por outros expoentes da esquerda (por exemplo, MILIBAND, 1962). Considerando que os intelectuais e seus públicos são tão diversos quanto as agendas que eles procuram promover, qual a sua posição em relação às dificuldades de unificar essas lutas e quais formas você acredita que essas alianças poderiam assumir?

Também interessante a respeito desses movimentos sociais no Brasil, se você me permite acrescentar, é a ligação que eles têm com os esportes. Parece-me que essa conexão possui um caráter duplo: por um lado, ela se manifesta na crítica à corporatização e à mercantilização dos próprios esportes, e, portanto, também pode tomar forma nas lutas inter-relacionadas que visam combater o racismo, a opressão de gênero, a homofobia, etc., dentro dessa mesma esfera. Mas essa ligação também parece se tornar evidente, como testemunhamos há cerca de um ano atrás, na crítica aos megaeventos esportivos e na mobilização do interesse público/internacional que eles atraem como “catalisadores” para a rebelião contra a desigualdade social de um modo mais amplo. Na sua opinião, quais são as tarefas centrais a serem empreendidas por uma “sociologia pública do esporte” diante deste cenário, e que possibilidades existem para que possamos continuar articulando e avançando essas lutas, sobretudo tendo em vista os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com a corporatização dos esportes (e com as entidades que encabeçam esse processo) que provavelmente continuarão a influenciar sua agenda política pelos próximos anos?

MB: Você levanta duas questões aparentemente díspares. Uma está relacionada ao possível cimento unificador dos movimentos sociais contemporâneos, enquanto a outra diz respeito à corporatização do esporte. Como você sugere, elas estão conectadas. Elas estão ligadas através da “mercantilização”. Nós vivemos em um mundo caracterizado pelo que eu chamo de terceira onda de “mercadização” [“third wave marketization”], a que muitos se referem como neoliberalismo. Esta não é a primeira vez em que o mundo é submetido ao fundamentalismo de mercado [“market fundamentalism”], mas esta é a onda mais profunda de mercadização, na qual apareceram arenas e modos de mercantilização completamente novos.

Para compreendermos a especificidade desse processo, podemos trabalhar com a ideia de mercadoria fictícia de Karl Polanyi, isto é, aqueles fatores de produção que, quando mercantilizados, ameaçam a própria existência da sociedade – na verdade, a existência humana. Ele se concentrou em trabalho, terra e dinheiro, e, de fato, estamos vivenciando hoje novas formas de mercantilização da força de trabalho, desde a sub-contratação de mão de obra em países onde os custos do trabalho são mais baixos [“offshoring”] até o tráfico sexual; novas formas de mercantilizar dinheiro através da financeirização, resultando em endividamento e economias em débito no âmbito pessoal, nacional e global; novas formas de mercantilização da natureza que envolvem a expropriação de terras, a privatização dos recursos naturais, incluindo a água, e até mesmo a tentativa de mercantilizar o ar que respiramos, através, por exemplo, do comércio de carbono e da compra do direito de poluir. A mercantilização do esporte, transformando-o em uma gigantesca máquina de lucros e, em termos mais gerais, a mercantilização do lazer, representam exemplos claros da mercadização contemporânea. A mercantilização da produção do conhecimento e sua disseminação, decorrentes da privatização da universidade e aprofundando-a, constituem outra característica da terceira onda de mercadização, com consequências funestas para que possamos chegar a soluções para a devastação de nosso planeta.

É possível remontar muitos dos movimentos sociais aos quais você se refere às demandas da mercantilização, tanto no que diz respeito à criação de mercadorias por meio de ex-

propriação quanto à criação de novas e mais profundas desigualdades. Sem dúvida, a maneira como esses movimentos sociais – Revoltas Árabes, *Indignados*, *Occupy*, movimentos ambientalistas, etc. – se expressam politicamente irá variar de acordo com o regime político, mas, como você sugere, eles costumam hesitar diante da possibilidade de estabelecer uma estreita colaboração com a sociedade civil e o Estado, já que são essas instituições formais que estão alimentando a mercadização a que esses movimentos se opõem. O Estado e a sociedade civil se tornaram instrumentos da mercadização. A democracia liberal foi sequestrada pelo capital e, em particular, pelo capital financeiro. Esses movimentos, portanto, procuram formas alternativas de democratização – participativa, direta, prefigurativa e horizontal. E a América Latina é o lar desses movimentos, talvez em parte porque a transição da ditadura para a democracia tenha sido particularmente decepcionante, coincidindo com a terceira onda de mercadização, que localmente se manifestou como ajuste estrutural.

Você tem razão ao apontar os dilemas desses movimentos – que não conseguem forjar a capacidade que poderia ameaçar o *status quo*. Como vimos ao longo dos últimos quatro anos, muitos dos movimentos foram a dinamite para desafiar e até mesmo derrubar antigos regimes, mas eles não controlam os resultados, e assim tragicamente se tornam vítimas dos processos que eles próprios desencadearam. Egito e Ucrânia são exemplos dramáticos neste sentido, mas nenhum desses movimentos, com exceção, talvez, do movimento estudantil chileno, galgou avanços significativos em direção a seus objetivos. Esses movimentos são capturados em um vício irrevogável no qual a organização formal e hierárquica absorve e dissipa o movimento, assim como a autossuficiência não consegue gerar apoio público, embora, neste caso, mais uma vez, a América Latina – incluindo Brasil, Argentina, México e Chile – seja uma exceção. Esses movimentos, muitos deles fortemente reprimidos, são líquidos e costumam reaparecer onde menos se espera. Na condição de sociólogos, eu acredito que nós devemos vê-los como expressão de algo muito mais amplo, de forças que eles sinalizam mas não controlam, as forças da terceira onda de mercadização que assumem diversas formas políticas e, cada vez mais, devo acrescentar, um caráter conservador. No final das contas, essa onda de mercadização só será detida por um contramovimento global que consiga desafiar as maquinacões do capital financeiro, a destruição do meio ambiente, incluindo, é claro, a mudança climática. É possível que nós já estejamos testemunhando a violência paulatina que vai varrer uma parte considerável da população do mundo e, em seu desespero, levar a uma guerra de classes de proporções inimagináveis.

E aqui talvez a mercantilização do esporte seja relevante, pois é uma mercantilização que cria um movimento social que só faz alimentar ainda mais a mercadização. Enquanto escrevo, estou assistindo ao início da Copa do Mundo que ofuscou os protestos brasileiros contra o desvio de tantos recursos. E eu estava na África do Sul durante período preparatório para a Copa do Mundo naquele país, assistindo a negócios ilícitos e fortunas sendo feitos pela classe dominante, assim como a remoção de comerciantes de seus locais de atividade, sem mencionar o enorme desvio de recursos para longe dos que mais necessitavam deles. E, ainda assim, eu sou um torcedor de futebol tão ávido como qualquer outro. Eu adoro o meu Manchester United, apesar dos tempos desastrosos que se abateram sobre o clube que eu sempre apoiiei, nos bons e nos maus momentos, desde que eu tinha sete anos, embora eu condene a sua financeirização. A mercantilização acaba por ter um apelo muito próprio, e a maior luta no mundo de hoje não é contra a mercantilização, e sim pela participação na mercantilização, não importando se isso significa conseguir um emprego de verdade ou participar na fantasia

do consumismo. Se a mercantilização não for revertida, a sociedade humana vai realmente acabar despedaçando-se, mas, como alertou Polanyi, também devemos ter cuidado com essas reversões, pois elas podem elevar todos os tipos de regimes sórdidos ao poder. A ciência social, e o estudo dos movimentos sociais em particular, não pode olhar apenas para o que é benigno ou progressista; ela deve se esforçar para fazer uma avaliação equilibrada de onde nos encontramos e para onde estamos indo, em uma tentativa de restaurar alguma sanidade à barbárie que nos rodeia.

GN: Seria razoável sugerir que o combate contra a mercantilização e a estultificação da existência humana é, portanto, o “segredo” do século XXI?

MB: Vamos chamá-lo, então, de um segredo aberto.

REFERÊNCIAS

- BAIRNER, Alan. The Leicester school and the study of football hooliganism. **Sport in Society**, v. 9, n. 4, p. 583-598, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge, U.K: Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **Distinction: A social critique of the judgment of taste**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **Pascalian meditations**. Cambridge, UK: Polity Press, 2000.
- BURAWOY, Michael. **Manufacturing consent: Changes in the labor process under monopoly capitalism**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- BURAWOY, Michael. **The politics of production: Factory regimes under capitalism and socialism**. London: Verso, 1985.
- BURAWOY, Michael. For public sociology. **American Sociological Review**, v. 70, n. 1, p. 4-28, 2005.
- BURAWOY, Michael. Combat in the dissertation zone. **The American Sociologist**, v. 36, n. 2, p. 43-56, 2005.
- BURAWOY, Michael. **The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition**. Berkeley: University of California Press, 2009.
- BURAWOY, Michael. The public university: A battleground for real utopias. Unpublished manuscript, 2012.
- BURAWOY, Michael. Marxism after Polanyi. *In*: WILLIAMS, Michelle; SATGAR, Vishwas. **Marxisms in the 21st century: Crisis, critique and struggle**. Johannesburg: Wits University Press, 2014.
- BURAWOY, Michael. (Ed.) Precarious engagements: Combat in the realm of public sociology [special issue]. **Current Sociology**, v. 62, n. 2, 2014.
- BURAWOY, Michael *et al.* **Ethnography unbound: Power and resistance in the modern metropolis**. Berkeley: University of California Press, 1991.
- BURAWOY, Michael; VON HOLDT, Karl. **Conversations with Bourdieu: The Johannesburg moment**. Johannesburg: Wits University Press, 2012.
- CARLES, Pierre. **Sociology is a Martial Art**. Betacam Videos/VHS, C-P Productions, Icarus Films: New York, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

HARASZTI, Miklos. **A worker in a worker's state**. London: Penguin Books, 1977.

MARX, Karl. **The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte**. New York: International Publishers, 1969.

MARX, Karl. **Capital: A critique of political economy**. New York: International Publishers, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The German ideology**. Moscow: Progress Publishers, 1964.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected Works (v. 14)**. London: Lawrence & Wishart, 1980.

MILIBAND, Ralph. C. Wright Mills. **New Left Review**, n. 1/15, p. 15-20, 1962.

MILLS, Charles Wright. **The new men of power: America's labor leaders**. Urbana, IL: University of Illinois Press, 2001.

MILLS, Charles Wright. **The sociological imagination**. New York: Oxford University Press, 1959.

MILLS, Charles Wright. Letter to the new left. **New Left Review**, n. 1/5, p. 18-23, 1960.

POLANYI, Karl. **The great transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.